



## **CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU**

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: [setortaquigraficma@gmail.com](mailto:setortaquigraficma@gmail.com)

### **6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI RELATIVA À ARRECADAÇÃO DAS MULTAS ENTRE 2017 E 2024 DO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2025**

(a ata desta Reunião está disponível em <https://www.aracaju.se.leg.br/processo-legislativo/atas-das-sessoes/2025/comissoes-parlamentares-de-inquerito/smtt-ata-da-6a-reuniao-ordinaria-22-09-2025.pdf/view>)

**PRESIDENTE: SARGENTO BYRON – MDB**

**RELATOR DA CPI DA SMTT: PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL**

**MEMBROS DA CPI PRESENTES:** Sargento Byron, Pastor Diego, Fábio Meireles, Lúcio Flávio e Professora Sonia Meire.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Sob a proteção de Deus, e em nome do povo aracajuano, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura o uso dos recursos oriundos das multas dos anos de 2017 a 2024 pela Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito de Aracaju. Solicito ao excelentíssimo senhor vereador Pastor Diego que faça a leitura da ata da reunião anterior.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – RELATOR DA CPI DA SMTT**

Bom dia a todos. Bom dia, senhor presidente. Bom dia ao vereador Fábio Meireles. Bom dia à vereadora Sonia Meire. Bom dia ao vereador Lúcio Flávio. Ata da 5ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, 44ª Legislatura, 15 de setembro de 2025. ([Lendo a Ata da Reunião anterior](#)). Lida a ata, senhor presidente.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

A ata se encontra em apreciação. Não havendo quem queira apreciá-la, ata aprovada.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – RELATOR DA CPI DA SMTT**

Tem requerimentos aqui, presidente. Tem dois requerimentos. Requerimento nº 10/2025, de autoria do vereador Pastor Diego. “Senhor presidente, requero na forma regimental, e após ouvida a Comissão Parlamentar de Inquérito, com fundamento no artigo 50, parágrafo 13 do Regimento Interno, a requisição à Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito de Aracaju da justificativa do enquadramento das despesas anexas ao que dispõe o artigo 320 do Código de Trânsito Brasileiro e a Resolução nº 875/2021 do CONTRAN, considerando que as referidas despesas estão abarcadas pelo relatório comprobatório da aplicação dos recursos das infrações de trânsito relativas ao exercício financeiro de 2024, o qual foi apresentado em resposta ao Requerimento nº 02/2025 desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Solicita-se, além da justificativa formal utilizada para o seu enquadramento, quando aplicável, a cópia do contrato administrativo do processo licitatório e do processo de liquidação e pagamento das referidas despesas. Palácio Graccho Cardoso, Aracaju, 19 de setembro de 2025.” As despesas que nós estamos solicitando aqui, em anexo. Empenho 102111, concessão de três diárias em nome do superintendente desta autarquia, o qual participará do evento IRONMAN, nos dias 22 a 25 de agosto de 2024, na cidade de Fortaleza, conforme Memorando nº 84754/2024. Empenho 819001, concessão de três diárias para acompanhar o superintendente desta autarquia no evento IRONMAN, que ocorrerá no período de 22 a 25 de agosto de 2024, na cidade de Fortaleza, conforme Memorando nº 84758/2024. Empenho 110002, aquisição de passagem em nome do servidor Diego Carvalho Moreira Rodrigues, para acompanhar o superintendente desta autarquia no evento IRONMAN, nos dias 22 a 25 de agosto, na cidade de Fortaleza, conforme o Memorando nº 87000/2024. Empenho 110001, aquisição de passagem aérea em nome do superintendente desta autarquia, o qual participou do evento IRONMAN, nos dias 22 a 25 de agosto, na cidade de Fortaleza, conforme Memorando nº 89736. Empenho 1113001, locação de ônibus a fim de garantir transporte dos atletas durante o evento IRONMAN 70.3, Aracaju/Sergipe, conforme Memorando nº 121073/2024. Empenho 102115, serviço de hospedagem de site e banco de dados. Empenho 102116, prestação de serviço de perícia nas áreas de saúde mental, auditiva e visual. Empenho 102120, taxas de condomínio das onze salas locadas na Galeria Farol Center. Empenho 102126, prestação de serviço de telefonia móvel. Empenho 102128, prestação de serviço de água e esgoto da sede administrativa e dos terminais de integração. Empenho 102132, serviço de energia elétrica na sede da SMTT, terminais de integração, escola de trânsito e semáforos. Empenho 102133,

locação de onze salas na Galeria Farol. Empenho 102144, locação de veículo tipo caminhão adaptado com motorista. Empenho 102145, locação de veículos tipo van. Empenho 102146, locação de veículo tipo motocicleta. Empenho 102147, locação de veículos de grande porte. Empenho 102148, locação de veículos tipo passeio sem motorista. Empenho 102149, prestação de serviço de perícia nas áreas de saúde mental, auditiva e visual. Empenho 102154, serviço de condução de veículo da frota desta superintendência. Empenho 102155, serviço continuado de vigilância patrimonial armada e desarmada. Empenho 102159, serviço de manutenção preventiva e corretiva dos veículos. Empenho 102160, prestação de serviço de gerenciamento do abastecimento de combustíveis dos veículos. Empenho 102166, locação de video-wall e monitor curvo. Empenho 102172, locação de máquinas copiadoras, plotter e envelopadora. Empenho 130001, anuidade decorrente da participação do superintendente desta autarquia como associado na ANTP - Associação Nacional de Transportes Públicos. Empenho 201001, valor correspondente à despesa com IPTU no exercício 2023. Empenho 306001, taxa de anuidade do CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, no período de 2024. Empenho 416001, aquisição de água mineral. Empenho 205003, aquisição de material de expediente. Empenho 205003, aquisição de material elétrico. Empenho 202002, aquisição de equipamento de processamento de dados, monitores. Empenho 221006, aquisição de materiais de consumo, café em pó, açúcar. Empenho 210005, aquisição de material de expediente, caixa para arquivo morto. Empenho 228001, aquisição de material de processamento de dados, pendrive. Empenho 205005, aquisição de pilha alcalina, locação de um veículo executivo sem motorista. Empenho 102127, prestação de serviços de limpeza, manutenção e conservação predial. Empenho 301002, fornecimento de alimentação. Empenho 221001, reajuste contratual retroativo ao período de maio e dezembro de 2023. Empenho 102154.... Eu estou lendo tudo porque, como a CPI é pública, então a gente vai ter que aprovar um requerimento, e tem que estar específico qual é o que nós estamos solicitando. Vamos lá. Empenho 221001, reajuste contratual retroativo ao período de dezembro de 2023, sistema de tecnologia viária. Empenho 102154, serviço de condução de veículos da frota desta superintendência. Empenho 301002, serviço de fornecimento de alimentação. Empenho 215001, execução do serviço de adequação dos edifícios, sede desta superintendência, período de 21 de fevereiro de 2024 até 31 de março de 2024. Empenho 102150, serviços de locação de horas de veículo tipo do caminhão munck. Empenho 221107, aquisição de aparelho de ar-condicionado, locação

de veículo típico caminhão adaptado com motorista. Empenho 102151, pagamento referente à contribuição para o PIS/PASEP dos servidores do operacional. Empenho 102116, pagamento referente à prestação de serviço médico caracterizado como perícia médica física. Empenho 426119, pagamento referente ao ressarcimento dos danos causados ao veículo do requerente. Empenho 424001, pagamento referente à concessão de duas diárias para participação em evento da Frente Nacional de Prefeitos, na sede do Google, e visita à empresa Newtesc Traffic Control, no dia 29 e 30 de abril, na cidade de São Paulo. Empenho 102111, pagamento referente à concessão de três diárias em nome do superintendente desta autarquia, o qual participou do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes, do Fórum de Mobilidade Conectada, na cidade de São Paulo, no período de 5 a 7 de agosto de 2024. Empenho 806001, pagamento referente à realização do 6º Seminário Sergipano de Licitações e Contratos. Empenho 910001, pagamento referente à assinatura do sistema Fonte de Preços, ferramenta de pesquisa de preços. Empenho 102131, pagamento referente ao serviço de postagem. Empenho 102142, serviço de fornecimento e solução de mobilidade urbana embarcada em dispositivos móveis. Empenho 606001, pagamento referente à aquisição de água mineral de 20 litros. Empenho 919003, pagamento referente à aquisição de água mineral garrafa 500 ml. Empenho 919.002, pagamento referente à aquisição de água mineral copo 200 ml, pagamento referente ao comparecimento em reunião das Juntas Administrativas de Recursos de Infração de trânsito, as JARIs. Empenho 102098, pagamento referente ao comparecimento em reunião das Juntas Administrativas de Recursos de Infração de trânsito, as JARIs. Empenho 116001, pagamento referente a serviço de videomonitoramento no Terminal do Mercado. Empenho 306002, pagamento referente à taxa de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, serviços comuns no sistema viário urbano. Empenho 313001, pagamento da taxa de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, referente aos orçamentos do serviço de reforma no consórcio de transporte público. Empenho 221003, pagamento referente à aquisição de materiais gráficos, faixa, lona. Empenho 326001, pagamento referente à aquisição com instalação de um abrigo de táxi lotação, linha Lourival Batista. Empenho 102125, pagamento referente ao serviço de telefonia fixa. Empenho 102141, pagamento referente ao serviço de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar-condicionado. Empenho 110001, pagamento referente à aquisição de passagem aérea, em nome do servidor Diego Carvalho Moreira Rodrigues, o qual participou do evento na Frente Nacional de Prefeitos, na sede do Google, em visita à empresa Newtesc

Traffic Control, no dia 20 e 30 de abril, na cidade de São Paulo. Empenho 110001, pagamento referente à aquisição de passagem aérea em nome do servidor Igor Max Vieira Aragão Santos, o qual participou do evento da Frente Nacional de Prefeitos, na sede do Google, e na visita à empresa já citada, Newtesc, nos dias 20 e 30 de abril na cidade de São Paulo. Empenho 207001, pagamento referente ao serviço de impressão e reprografia. Empenho 307001, pagamento referente ao serviço de locação de equipamento, tecnologia e informação, microcomputadores. Empenho 422001, pagamento referente ao serviço de recarga e extintores. Empenho 520001, pagamento referente à aquisição de materiais elétricos e eletrônicos. Empenho 520003, pagamentos referentes à aquisição de materiais elétricos e eletrônicos. Empenho 520002, pagamentos referentes à aquisição de ferramentas, alicate. Empenho 520004, pagamento referente à aquisição de equipamentos de processamento de dados, estabilizadores e computador. Empenho 522003, pagamento referente à aquisição de materiais e equipamentos de TI. Empenho 111001, pagamento referente à aquisição de passagem aérea em nome da servidora Aimée Freitas Resende, a qual participou da 14ª Reunião Geral do Grupo de Benchmarking QualiÔnibus nos dias 19 a 21 de junho, na cidade de Belém. Empenho 617001, pagamento referente à concessão de quatro diárias em nome da servidora Aimée Freitas Resende para a participação da 14ª Reunião Geral do Grupo de Benchmarking QualiÔnibus nos dias 19 a 21 de junho. Empenho 606002, pagamento referente à aquisição de materiais de limpeza, álcool etílico 70... Como é? Isso. Empenho 810001, pagamento referente aquisição dos copos descartáveis. Empenho 621001, pagamento referente à aquisição de material de cabeamento estruturado. Empenho 522001, pagamento referente à aquisição de mobiliário. Empenho 229003, pagamento referente à aquisição de mobiliário. Empenho 202001, pagamento referente à aquisição de equipamentos e processamento de dados. Empenho 619012, pagamento referente à aquisição de materiais e equipamentos de cabo TI. Empenho 619008, pagamento referente à aquisição de materiais e equipamentos de TI. Empenho 619009, pagamento referente à aquisição de materiais e equipamentos de TI. Empenho 619010, pagamento referente à aquisição de equipamentos de TI. Empenho 619011, pagamento referente à aquisição de materiais e equipamentos de TI. Empenho 429001, pagamento referente à aquisição de dois certificados digitais. Empenho 307002, pagamento referente a serviço *coffee break* em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Empenho 523001, pagamento referente a fornecimento de alimentação preparada e comemoração ao Dia do agente de trânsito do município de Aracaju. Empenho 918001,

pagamento referente a aquisição de camisa destinada a equipe de coordenação de educação para o trânsito. Empenho 419001, pagamento referente à primeira aplicação do serviço de controle de vetores e pragas urbanas. Presidente, lidos todos os itens do Requerimento nº 10/2025.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON - MDB**

Só um instante. Pela ordem, o vereador Fábio. O senhor vai discutir o requerimento? Só para entender.

**FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Senhor presidente, esse requerimento que o relator Diego estava lendo, é oriundo dessas informações que nós recebemos na sexta-feira?

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON - MDB**

Exato. Não é, vereador Diego?

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – RELATOR DA CPI DA SMTT**

Só acrescentando, lembrando que na reunião ele informou que esse aí era apenas um resumo e aqui tem todos os itens que foram encontrados em 2024, aparentemente, que precisavam dessa explicação.

**FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Sem problema, presidente.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – RELATOR DA CPI DA SMTT**

É por isso que o seu está menor e o meu estava bem extenso.

**FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Não, não tem problema menor ou maior, fique tranquilo. Presidente, de uma forma bem rasa, na sexta-feira, quando nós nos reunimos, ficou aquela fala que iria apreciar as contas de 2024 das multas da SMTT, sendo que o Tribunal de Contas ainda não se manifestou sobre as contas de Aracaju como um todo, de 2024. Não sei e gostaria de saber até quando o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe já atualizou as contas apreciadas e aprovadas no município. Segunda coisa, segunda situação. Eu vejo que, primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto ponto, não tem data, mas na lateral eu consegui visualizar as datas aqui. Por exemplo, concessões de diárias... Aí, não vem aqui no contrato, mas vem aqui ao lado 89.076/2024. Mas as contas que foram

apreciadas, que eu até questionei por que não começar a partir de 2017 para 2024, e Vossa Excelência, estávamos eu e Vossa Excelência enquanto membros vereadores, e já acordamos que vai começar agora a partir de 2017 para frente, que é o normal, é o natural; o estranho para mim foi começar 2024. Porém, senhor presidente, a gente observa na leitura que fora feita pelo Pastor Diego, do União Brasil, de André Moura, que está aqui: serviços... É só um esclarecimento, viu, presidente? É que eu não estou colocando nenhum demérito, nem depreciando, mas estou achando estranho. Se as contas que nós estamos apreciando são de 2024, como é que nós estamos apreciando serviços aqui apontados de 2023, de 2020, 2021? Falar, olhando para Pastor Diego. Se Vossa Excelência, Pastor Diego do União Brasil, aliado de André Moura, puder deixar eu falar, eu falarei. Se não, eu ouço Vossa Excelência. A mim, meu questionamento, minha indignação é porque são contas de 2024. E aqui tem o histórico de despesa de serviços prestados de 2023, 2020, 2021, 2022, 2019, inclusive, senhor presidente, e aí vão diversas datas, que na maioria delas não são de 2024. Não entendi, não compreendi e gostaria do esclarecimento de Vossa Excelência, presidente. Caso Vossa Excelência possa me conceder essa informação e nos convencer dessa legalidade, desse apontamento, já que as contas começaram de uma forma não adequada, ao meu ver, viu, presidente? Uma forma isolada, estranha, em não começar 2017 e apontando para contas de 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, e pouquíssimos números, Pastor Diego, do União Brasil de André Moura, apontados para 2024.

#### **PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Com a palavra, o autor do requerimento, o vereador Pastor Diego.

#### **PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – RELATOR DA CPI DA SMTT**

Eu acho que Fábio está com vontade ou saudade de voltar a ser aliado de André Moura. Ele acordou pensando em André. Era aliado até outro momento desse. Fábio, veja, deixe-me te informar. O que a gente apresentou aqui no requerimento foram os serviços, tudo aquilo que foi pago no exercício de 2024. Então, o que o nosso corpo técnico, que assessora a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, verificou? Que foi pago em 2024, fora do padrão, em tese, fora daquilo que a gente entende que deveria ser pago, de acordo com o artigo 320 do Código de Trânsito Brasileiro, e a Resolução nº 875/2021, é o que nós estamos pedindo esclarecimento. Nós não estamos aqui referente... O serviço pode ter começado em 2015, mas se foi pago em 2024, nós estamos buscando esclarecimento. Por que foi pago em 2024 esse tipo de serviço, já

que, aparentemente, não há vinculação com o que prevê o artigo 320 do Código Trânsito Brasileiro e a Resolução nº 875/2021 do CONTRAN? Então, aqui está se referindo ao que foi pago pela SMTT com os valores arrecadados de multa, no ano de 2024. Não está se referindo a quando começou a prestação de serviço, mas, sim, o que foi pago em 2024, que foi aferido que, aparentemente, está fora do padrão previsto na legislação.

**FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Presidente, desde já... Posso falar, presidente? Pela ordem, presidente, desculpe.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Pela ordem, o vereador Fábio Meireles.

**FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Acabo me empolgando com a oratória de Pastor Diego e acabo tentando também navegar nessa caminhada aí. Mas eu peço desculpas ao Pastor Diego, não vou dizer que ele é do União Brasil mais, ligado a André Moura. Não direi mais. É? Então, pronto. Eu não sei o que acontece, mas vamos lá. Presidente, eu gostaria muito que, me fogue à memória agora o nome do técnico. É Rodolfo? Acho que é Rodolfo. Que ele pudesse vir até aqui ao plenário, só para confirmar. Aqui não está a questão de acreditar em Vossa Excelência, acreditar em Pastor Diego, mas eu gostaria que ele pudesse afirmar que os valores de 2019 foram pagos em 2024, cinco anos depois. Veja. Está aqui. Locação de máquinas copiadoras plotter envelopadora. Isso aqui foi em 2019, ela só foi paga em 2024? Se essa foi a informação, tranquilo. Se a informação de prestação de serviço de perícia nas áreas de saúde mental, auditiva, visual, que foi prestada em 2020, que foi paga em 2024, tranquilo. Eu só gostaria da afirmativa do técnico que buscou essas informações, para que ele dirimisse essa dúvida desse humilde parlamentar morador da periferia de Aracaju.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Pela ordem, o vereador Lúcio Flávio. Logo após, Professora Sonia Meire.

**LÚCIO FLÁVIO – PL – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Senhor presidente, primeiro, parabenizar o Pastor Diego pelo requerimento que eu iria fazer, e ele já o fez com muita propriedade, quero parabenizar, muito relevante



isso. Segundo, a minha equipe de assessoria fez parte dessa reunião na sexta-feira, e até onde eu entendo, o escopo e o objeto dessa CPI, ela vai de 17 a 24. Então, eu não consigo entender o questionamento do colega vereador Fábio Meireles, tendo em vista que ele está dentro do escopo do objeto desta CPI e, a qualquer tempo, esse requerimento pode ser feito dentro do que está no objeto da CPI. Então, não entendo esse questionamento, subscrevo a necessidade desse requerimento, porque me assustou o que a assessoria trouxe para mim em termos de uso do recurso de multas em objetos estranhos, inicialmente estranhos ao que a gente entenderia, e é por isso que é importante para trazer a elucidação e o esclarecimento, não apenas para nós, parlamentares, mas para a sociedade que está acompanhando agora na TV Câmara, os registros desses apontamentos feitos pela consultoria dos servidores da Casa. Então, primeiro, o meu objetivo era parabenizar. Segundo, é porque não há estranheza em pedir requerimento de contrato, conta e pagamento, de ano algum ou em tempo algum, porque esses requerimentos aqui atendem ao escopo inicial do objeto desta CPI. Desta forma, subscrevo e já antecipo a minha posição favorável para que esses documentos sejam requisitados. Muito obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Professora Sonia Meire.

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Bom dia, senhor presidente, vereadores e toda a equipe técnica que está aqui, as assessorias. Primeiro, eu gostaria de saber de toda a equipe técnica que contribuiu para a escolha desses documentos e desses anos, porque, como todos nós sabemos, a CPI vai se dar de 2017 a 2024. A escolha do que olhar, se for escolha técnica, nós temos que analisar, deve ser uma escolha técnica, óbvio, a gente deve analisar, porque aqui está concentrado no requerimento de áreas, prestações de serviços, algumas que implicam em contratos, outras necessariamente não, e também a aquisição de material de consumo mais diverso. Então, nós temos 3 elementos aqui que estão sendo questionados. Os contratos, geralmente no município, durante esses anos, pelo que eu tenho estudado desde que entrei aqui, boa parte deles não são contratos, eles são novos a cada ano, eles são renovados. Inclusive, para você localizar, você vai lá no primeiro ano do mandato do prefeito, oito anos atrás, digamos assim. Quando ele é reeleito, ele continua com alguns contratos, outros não. Então, pegar o último ano, 2024, como referência, eu queria entender o método, porque se foi feita uma leitura geral das

prestações de contas, primeira coisa, para poder identificar isso, para a gente ver os contratos, porque está solicitando, inclusive, contratos, as cópias dos contratos, anexos, termos de referência, que têm que vir. Para isso, tem que ir lá atrás, não é só desse ano. Primeira coisa que eu queria pontuar. Segundo, já foi explicado aqui que foram pagamentos realizados em 2024. Tudo bem, se foram pagamentos realizados em 2024, mas tem um elemento que eu estava conversando aqui com o vereador Fábio quando eu cheguei, porque eu estou olhando 2017-2018, embora, 2018-2019, embora a gente tenha discutido, queria ver a referência que ia tomar para onde começar. E eu estou colocando aqui alguns elementos que, tudo bem que tem esses elementos destacados de 2024, mas a gente não pode deixar de fazer a referência à origem dos contratos, que muitas vezes o que vier para cá, o que chegar aqui não vai pegar a origem. E, desde 2018, eu já estou vendo determinados elementos, que eu tenho lido, acompanhado a prestação de contas, inclusive eu imprimir, porque é melhor para eu ter essa visualização do movimento de ir e vir, para dar uma olhada no tipo de operação que foi feita até então, em 2018. E aí a gente também tem a prestação de contas, que eu gostaria de saber se o Tribunal de Contas deu algum retorno sobre a prestação de contas, que ela já tem de 2018, certo? Porque eu acho que esse é um elemento muito importante para nós, inclusive naquele item que diz respeito, sabe presidente, do que é que nós vamos precisar do Tribunal de Contas para além da prestação de contas que ele possa enviar, se ainda não enviou, acho que a gente tem que buscar e fazer uma nova solicitação ou rememorar o Tribunal de Contas, porque é a partir disso que a gente também vai indicar, lá de 2018, 2019, elementos que possivelmente não poderão ser vistos aqui nesse requerimento agora, certo? Por exemplo, eu já falei isso aqui e vou repetir: contratação de carros. Aqui tem alguns elementos de que eu recebi denúncia em 2023 e fui até a SMTT analisar os documentos lá, e fiz requerimento. Inclusive esse evento que houve, eu fiz vários questionamentos aqui em plenário. E aí eu fui buscar os anteriores. Então, eu penso que aluguel de carro... Eu vi no pátio os carros, e os carros alugados à época estavam servindo não só para fiscalização, mas para apoio administrativo. Como é que nós vamos... Pelo menos foi a denúncia levantada. Para saber isso, nós temos que ver qual a distribuição dos carros diários. Porque no contrato, provavelmente, está lá, poderá estar, que os carros foram contratados para fazer a fiscalização. Mas eles podem não estar na fiscalização, necessariamente. Então, são elementos que nós precisamos cotejar e penso que a gente vai precisar de outros recursos para além do contrato, para que a gente possa analisar. Então, eu queria ponderar esse requerimento de hoje. E talvez a gente tenha

que trazer alguns elementos para ele, para não se referir apenas a 2024, mas a gente ter elementos que ganhe tempo para nós para a gente poder comparar a partir dos contratos existentes de 2017 até 2024. Era isso que eu queria colocar, porque aí evita que a gente possa ter leituras parciais e poderá conduzir uma análise nossa que a gente pode não chegar, de fato, aos elementos que nós precisamos chegar. A gente poderá ter uma leitura enviesada se a gente não tiver esse conjunto de informações. Então, eu queria trazer isso aqui para a reflexão nossa, para ajudar a gente a ter uma leitura mais casada da prática administrativa durante esses anos. Obrigada.

### **PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Com a palavra, o Pastor Diego. Logo após, o vereador Fábio Meireles.

### **PASTOR DIEGO - UNIÃO BRASIL - RELATOR DA CPI DA SMTT**

Professora Sonia, eu vou tentar comentar pelo final da fala da senhora. Na reunião que a gente teve aqui na sexta-feira, na conversa, é importante citar que a procuradoria, com o que a parte contábil verificou de que possivelmente estava fora do padrão de pagamento, a procuradoria, os advogados que estavam trabalhando automaticamente já fizeram justificativas para cada ponto que estava mencionado. Então, eles já trouxeram uma linha de raciocínio, dizendo: “Olha, para esses casos aqui pode ter justificativa”. Um exemplo: os carros podem ter justificativa. Então, o ideal é que a gente faça, de fato, esse requerimento, para que a gente possa entender o que tem lá de prova, de processo, de fundamento, de justificativa de como esses recursos foram pagos e como esses processos foram realizados. É o primeiro ponto. Segundo ponto, por que começou em 2024? Não foi nenhuma solicitação. Os técnicos pegaram aqueles números que estavam mais redondos, resumidamente, e foram fazendo as suas avaliações. Tanto é que, na reunião, ficou acordado que, depois de 24, eles voltariam para 2017. Eu penso que aqui apenas é um requerimento de informações. Aqui a gente não está fazendo nenhum indiciamento ou fazendo nenhum juízo de valores. Eu acho que, para poder a gente aprovar e começar a avaliar essa documentação, eu não vejo nenhum tipo de prejuízo, até porque vai começar por 2024. Se a gente entender que está faltando fundamento, a gente vai pedindo as informações que são necessárias. Então, eu não vejo prejudicado. Obviamente, a gente tem que ter tudo de 2017 até agora para depois fechar o nosso relatório e o nosso posicionamento, mas eu não enxergo prejuízo para o andamento de todo o processo.

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Só um minuto. Eu gostaria de solicitar que a gente pudesse ampliar o requerimento, certo? Ampliar o pedido que nós estamos fazendo do requerimento, porque a gente precisa ir na origem, e a origem não está apenas nessa parte aqui, no terminal, é isso que eu quero dizer. Acho que a gente deveria olhar para ampliar o requerimento, certo? Se for aprovar esse requerimento hoje, eu gostaria de a gente sentar para ver outros elementos para a gente ampliar, fazer um segundo requerimento e já discutir isso aqui como seria isso, certo?

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Professora, o requerimento proposto pelo Pastor Diego foi de acordo com as análises que ele fez estando na última reunião. É um recorte do que ele viu que poderia ser alvo de esclarecimento diante do que foi apresentado pela Procuradoria da Câmara, que é direito da senhora também, diante do que foi exposto aqui, complementar fazendo um requerimento de autoria própria ou buscando adicionar. É a opção. Certo? Só para que a gente possa dar encaminhamentos, eu vou solicitar para que o colega Thiago, a partir de cada solicitação de discutir, a gente tenha um tempo para que possamos dar dinâmica a essa reunião. Aqui eu faço esse recorte: estávamos na última sexta-feira e falávamos sobre a apreciação das contas de 2024, Professora. Não houve nenhum encaminhamento aos técnicos da Casa, deixei que eles fizessem de acordo com a dinâmica que eles acreditariam ser a melhor dinâmica para produzir os seus relatórios. Mas, em discussão na última sexta-feira, vimos a necessidade de retroagirmos para ter um paralelo de como é o costume administrativo, o processo administrativo realizado ao longo dos anos da mesma gestão, a gestão que se iniciou no ano de 2018 e que findou agora. Então assim, para que a senhora entenda como foi dado, não houve, por exemplo, nós em conjunto não discutimos como seria a atuação nas análises dos técnicos, até para que a gente não desse pessoalidade a isso, mas na última sexta-feira diante do que foi suscitado pelo vereador Fábio, os próximos relatórios, na próxima reunião, nós vamos ter os apontamentos das análises das contas de 2017, que é o início da gestão que está sendo apurada. Então, assim, só para que a gente saia com esclarecimentos, na próxima reunião, nós teremos os apontamentos das contas de 2017. A senhora pontuou com relação à devolução do Tribunal de Contas do que solicitamos. Eu vou consultar aqui a procuradoria para saber se já houve o retorno dessa solicitação que fizemos presencialmente lá. Desde já, eu adianto: eu liguei para a presidente do

DETRAN/Sergipe para pedir uma agenda a ela. Vou reiterar agora o pedido para que a gente possa fazer da mesma maneira cortês, apresentando a necessidade do encaminhamento dos documentos que já deveriam ter sido enviados há muito tempo. Mas enfim, a gente tenta fazer com que as medidas administrativas sejam seguidas, antes de interpor qualquer outra medida, já que a gente entende a necessidade desses documentos para que haja a melhor apuração da aplicação desses recursos. Então, assim, o Pastor Diego, com liberdade do seu mandato, com análises que ele fez e não na qualidade de relator, mas de membro também, a relatoria vai ser feita após a conclusão dos trabalhos, mas enquanto membro da CPI, como qualquer um de nós aqui poderia apresentar o seu requerimento hoje diante das suas considerações. Certo? Com a palavra...

#### **PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – RELATOR DA CPI DA SMTT**

Por mais que tenha sido pago em 2024, o processo licitatório, se for de 2017, vai ter que vir todo o processo. Então, como o requerimento está se tratando sobre todo o processo licitatório, liquidação e todo esse enquadramento, vai ter que vir toda a documentação, em que pese para 2024, mas vai ter que vir toda a documentação do processo. Só essa informação a mais.

#### **PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Só para que a gente faça de acordo como eu acho que deve ter a ordem da nossa reunião, eu vou começar agora que a gente tenha um tempo para discutir, cada vereador, para que a gente não tenha um tempo maior para um, um tempo maior para outro, certo? Vereador Fábio, quer se pronunciar? Depois, vereador Lúcio Flávio.

#### **FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Obrigado, senhor presidente. Primeiro, eu gostaria muito que os técnicos pudessem falar aquela pergunta que eu fiz concernente a tudo o que está indicado aqui dos anos de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023, que antecedem 2024. Sobre a fala do colega Lúcio Flávio, ele não pôde estar aqui na sexta-feira, certamente estava em alguma atividade outra da vida política. Eu não estou aqui para desmerecer ninguém. Reconheço muito o trabalho do colega, mas o que fora dito aqui na sexta-feira passada, que eram as contas de 2024. Todos nós sabemos, a CPI, até as pessoas mais simples da sociedade que acompanham um pouco da política, sabem que a CPI é de 2017 a 2024. Essa é a cronologia. Esses são os anos da CPI. Só que, organizadamente... Tranquilo.

Concordo com o que a Professora Sonia Meire falou, começa a passar um pouco de, não é insegurança da força, da verdade da CPI, por favor. Mas confunde um pouco, Sargento Byron, os instrumentos. Se a gente começa em 2017, a gente começa 2017, traz para 2018, e já alguns números de 2019 já estavam respondidos, já em 2017, 2018, subsequentemente. Então, assim, entendo, volto a dizer: já entramos em um acordo, já é ponto final sobre isso. Mas quero dizer que aqueles que participaram, puderam participar na sexta-feira, ficaram atentos em saber que eram as contas de 2024. Então, a minha pergunta não está contida se é 2017, 2024 a validade, mas é a sua objetividade de ano a ano. Se foi 2024, que possamos ficar restritos a 2024. Se o contrato começou em 2017 e pagou em 2024, tudo bem. Beleza. É por isso o meu questionamento, não foi uma afirmativa, em saber, acho que Ardilles está... Ardilles... Aldir, perdoe-me, por favor, um bocado de nomes na minha cabeça. Aldir está aí, gostaria muito da fala dele, se possível, se a comissão permitir, em assegurar que todos esses contratos, tudo o que está posto aqui, 2019 até 2023, fora 2024, se foram pagos em 2024, senhor presidente, certo?

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Vereador, com licença. Eu acho que está explícito qual foi a lógica. A gente entendeu qual foi a percepção, a proposta do requerimento, e também já está explícito o método. Nós vamos fazer um requerimento para a gente poder ter acesso, porque a gente também está olhando os contratos todos e a gente vai fazer o requerimento. Caso a gente entenda que o que está posto aqui tem elementos que estão de fora, a gente vai fazer o requerimento e apresentar na próxima reunião para que seja votado aqui, está certo? Obrigada.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Pronto, a gente precisa votar esse requerimento. Para que a gente finalize, para que a gente finalize, Pastor Diego, o senhor tem alguma consideração a fazer diante dos questionamentos do vereador Fábio Meireles com relação à pergunta dele? Pronto.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – RELATOR DA CPI DA SMTT**

Sim, tenho sim. Eu busquei aqui a consulta da equipe técnica, Fábio, para poder responder de forma bem objetiva. Tudo o que está aqui está no relatório e na transparência, o que foi pago em 2024. Em que pese sejam contratos alguns de natureza continuada de 2019, 2020, 2021, 2022, mas o objeto, inclusive o objeto da CPI, é o que

foi pago. Então, aqui é a relação do que foi pago em 2024, pode ficar tranquilo, 2024, foi já confirmado aqui por toda a equipe técnica da CPI.

**FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Só para agradecer. Agradecer a informação técnica repassada pelo relator Pastor Diego em que todos esses pagamentos aqui foram em 2024, em que pese está aqui apontado, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023. Essa é a informação; não é isso, Pastor Diego?

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – RELATOR DA CPI DA SMTT**

O contrato. 2019, 2021, 2022, 2023. Mas o pagamento, 2024.

**FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Esse é o meu apontamento, que o pagamento foi feito em 2024.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – RELATOR DA CPI DA SMTT**

Exatamente.

**FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Obrigado, presidente. Obrigado.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Vereador Lúcio Flávio, para que a gente possa colocar em votação.

**LÚCIO FLÁVIO – PL – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Não, primeiro, só para registrar, assim como o colega Fábio Meireles já falou, a minha equipe de assessoria esteve presente aqui, acompanhou de perto as informações, me dou como satisfeito, confio plenamente neles. Trouxe para nós a relação de inadequação de pagamentos, suposta inadequação de pagamentos, apontada pelos servidores da Casa; ainda não temos o retorno do Tribunal de Contas, e aí é bom, como a gente está sendo televisionado agora, houve, assim como o Pastor Diego falou, apontamentos de inadequação sem nenhum tipo de possibilidade de explicação, a outra de inadequação, suposta inadequação, que pode ser explicada através de um estudo contratual. Então, eu me dou como satisfeito, vereador Fábio, com a presença da minha equipe e com o parecer dos servidores desta Casa. E acho que a gente dá como superada a dúvida que o colega... E acho que é razoável, porque se a gente estabelecer um rito, é razoável esse questionamento. Se foi tudo pago realmente em 24, e sim, respondido aí

agora que foi tudo pago em 2024, então acho que a gente já pode fazer o encaminhamento para a votação. Acho que o Fábio pode continuar até assobiando aqui, ele estava feliz assobiando, acompanhando a relação de itens que foram apontados como inadequados. Então, a gente pode continuar para o encaminhamento da votação. Muito obrigado pela oportunidade.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Para que todos se sintam contemplados, o vereador Fábio será o último a apresentar suas razões, para que a gente possa colocar o requerimento em votação.

**FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Eu quero agradecer a Lúcio Flávio por prestar atenção na íntegra do que eu falo, do que eu faço. Eu quero lhe agradecer, meu amado. O seu olhar é “fusilâmine”, não é assim? Fusilâmine, não é? O ex-vereador que falava, não é? A sua atenção para mim é uma honra, porção dobrada. Presidente, antes de votarmos ao requerimento, eu posso, por gentileza, com a permissão do senhor, porque eu fiquei muito feliz em observar que uma das dúvidas que foram colocadas aqui, por membros da CPI e extra da CPI, que são vereadores atuantes, fiscalizadores, o senhor me permitiria colocar em tela, antes de colocar, se Vossa Excelência permitir, concessão de três diárias, ponto a ponto, é o primeiro ponto, é o Empenho 200111. O segundo ponto é 819001, concessão de três diárias pagas, oriundas das multas de trânsito de Aracaju. E aí hoje houve um reboleio de algumas pessoas, e eu acho justo e está certo. Agora, o pau que dá em Chico, dá em Francisco. O senhor me permite colocar aqui na tela ou não, o que está contido no portal da transparência, da liquidação? É tratando sobre diárias.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Não, mas é dentro do escopo da investigação?

**FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

É tratando sobre diárias. Só para o senhor entender. Só para o senhor entender. É tratando sobre diárias pagas oriundas com as multas de trânsito.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Vereador, isso se encontra contido no escopo da investigação de 2017 a 2024? Se o senhor me responder, aí fica mais fácil para que a gente possa autorizar o senhor a veicular o material.



**FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Eu vou responder a Vossa Excelência. Eu vou dizer a Vossa Excelência que é do ano de 2025. Não é 2017, nem de 2024, Diego. É 2025. Eu não vou jogar na tela e depois “ô, me atrapalhei”. O que está contido, que eu iria mostrar aqui, é que Nelson Felipe, superintendente de Emília Corrêa, já viajou por diversas vezes, pago com dinheiro oriundo das multas de trânsito de Aracaju. Está no portal da transparência. O aparelho, às vezes, não me ajuda um pouquinho. A sabedoria já falta um pouco e o aparelho já me atrapalha um pouco mais. Está no portal da transparência, setor de liquidação. Diego. Eu peço gentileza, Diego. Diego, peço sua gentileza, estou conversando diretamente com o presidente, Vossa Excelência é gentil demais, educado por demais, para que eu não fique assobiando, como Lúcio Flávio disse. Pagos, nessa gestão, com multas aplicadas no aracajuano, foram pagas passagens e diárias. Está no portal da transparência, não fico feliz, mas eu fico muito tranquilo, porque eu quero ouvir as vozes ecoando a crítica que foi feita em 2017/2024, que sejam feitas também em 2025. Percebo, e aí me submeto, a Vossa Excelência, à sua orientação, em não mostrar aqui no telão o que está no portal da transparência. Me submeto, eu sou submisso às autoridades, Vossa Excelência é autoridade, eu lhe pedi a concessão. Vossa Excelência disse que a CPI é de 2017 a 2024, e é verdade, Vossa Excelência está certo. Eu só gostaria de trazer essa informação para, de uma certa forma, ampliarmos os nossos olhares políticos e técnicos. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Vereador Fábio, sem interferir na condução, jamais, do seu mandato, o senhor tem uma expertise muito grande, o senhor está no exercício do seu terceiro mandato, o senhor pode, assim como foi feito dentro desse instrumento que é a CPI, provocar um requerimento junto à SMTT para que apresente justificativas dessas despesas oriundas de 2025, que nesse momento não é o alvo da nossa investigação. Para que a gente tenha imparcialidade, para que a gente conduza de acordo com o escopo que está delimitado na nossa CPI, eu não permitirei que o senhor faça nesse instrumento. Mas, amanhã, nós temos sessão, se o senhor tiver a oportunidade, interesse e disponibilidade, o senhor apresenta não só o requerimento que cabe a Vossa Excelência, como essa despesa aqui necessitando justificativa. Eu vou pôr agora esse requerimento para que nós possamos votá-lo, certo? O requerimento se encontra em votação. Para discutir, vereadora?

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL - MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Eu queria só fazer uma última pergunta antes do encaminhamento da votação, por gentileza. Eu não me dei por convencida de determinados pontos. Eu não entendi o que foi colocado.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Professora, me perdoe. É porque a gente já fez várias discussões acerca do mesmo requerimento.

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL - MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Era só uma pergunta que eu queria fazer, presidente. Por favor. Acho que para ficar mais explícito para mim. Posso fazer a pergunta?

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Pode, pode. Para que a gente encerre a discussão sobre esse requerimento.

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL - MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Sim, sim. Eu só queria entender. Foi explicado que as assessorias aqui identificaram esses pontos no pagamento de 2024. Qual foi o olhar das assessorias sobre pagamento de anos anteriores? Foi feito isso ou só olhou o que foi pago em 2024, e aí fez o requerimento? Queria tirar só essa dúvida, porque eu preciso entender qual foi o olhar para escolher 2024 e não escolher outros pagamentos anteriores.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Eu já mencionei isso, eu deixei a critério dos técnicos, a escolha da metodologia, do procedimento. Eu deixei a critério na reunião que nós tivemos. Nós não pontuamos como deveriam ter sido feitas as análises. Não deixamos um marco. Perfeito. Na nossa reunião da sexta-feira passada, eles apresentaram o ano de 2024. Eu não tinha conhecimento do ano da análise, soube como todos os que estiveram na reunião naquele momento. E, diante dos questionamentos e da lógica apresentada pelo vereador Fábio Meireles, na próxima reunião que teremos com os técnicos, eles vão apresentar os resultados do ano 2017, seguindo a cronologia ano a ano, de maneira crescente. Certo? O requerimento está em discussão. Alguém quer discussão? Em votação. O requerimento está em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Leitura do segundo requerimento, vereador Pastor Diego.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL - RELATOR DA CPI DA SMTT**

Requerimento nº 11/2025. Presidente, sem entrar no mérito, só para poder citar aqui, o requerimento é só uma busca de informação, até porque a SMTT pode trazer uma resolução, alguma informação que justifique qualquer tipo de pagamento. Então, o requerimento é uma busca de informações, é isso que nós estamos aprovando aqui. Tem despesas, investimentos, situações que a gente identificou que fugiram do padrão. Nós estamos querendo as informações e os fundamentos, até porque em todo o processo administrativo público tem a justificativa do por que foi feito. Então é isso que nós estamos querendo. Requerimento nº 11/2025. “Senhor presidente, requeiro na forma regimental, e após ouvida a Comissão Parlamentar de Inquérito, com fundamento no artigo 50, parágrafo 13 do Regimento Interno, a requisição à Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito de Aracaju, em complementação à resposta apresentada ao Requerimento nº 04/2025 desta Comissão Parlamentar de Inquérito de informação a respeito da conta bancária exclusiva para fins de arrecadação de multas de trânsito. Ainda que a referida superintendência tenha apresentado uma conta bancária para fins de arrecadação dos valores, Banese, agência 015, tipo 22, conta 300019, dígito 0, depreende-se dos relatórios comprobatórios da aplicação dos recursos das infrações de trânsito, apresentados em resposta ao Requerimento nº 02/2025, a existência de outras contas bancárias utilizadas para os pagamentos. Deste modo, deve a superintendência apresentar esclarecimento sobre a movimentação bancária dos valores arrecadados com infração de trânsito entre variadas contas bancárias. Nesse sentido, para comprovar a referida movimentação, devem ser apresentados os extratos bancários mensais relativos ao período de 2017 a 2024, das referidas contas. Palácio Graccho Cardoso, Aracaju, 19 de setembro de 2025.” Presidente, só para poder complementar a informação aqui, antes de Vossa Excelência colocar em votação, é que os técnicos nos informaram que, na primeira resposta, nós recebemos a informação que existia uma conta específica para a movimentação desses valores. Porém, com a comprovação desses relatórios mês a mês, comprovou que existiam outras contas que movimentavam, faziam pagamento. Então, esse esclarecimento está sendo buscado.

#### **PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Eu vou solicitar aos senhores que a gente suspenda essa reunião por alguns instantes, que eu preciso... Reaberta a reunião. O requerimento se encontra em discussão. Tem algum vereador que queira discutir o requerimento? O vereador Fábio Meireles.

**FÁBIO MEIRELES - PDT - MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Senhor presidente, não é muito bem discutir os requerimentos, mas eu quero só tornar público aqui que não só o vereador Fábio Meireles, mas todos os membros, de qualquer participante, que foi Vossa Excelência, o vereador Sávio é, quando estava na CPI, o Pastor Diego, e qualquer outro membro que colocar o requerimento, que nós ajustarmos aqui, dirimirmos as dúvidas, não haverá, pelo menos da minha parte, e tenho visto isso nos outros membros também, nenhuma dificuldade que venhamos a aprovar. Então, iremos aprovar todos os requerimentos que, pelo menos até agora, foram colocados com muita justeza, sem problema nenhum. Quem está falando disso é Fábio Meireles, do PDT, que tem como presidente o ex-prefeito Edvaldo Nogueira. Com toda isenção, com todo equilíbrio, com toda responsabilidade. E já aproveitando a oportunidade da fala e dizer, Vossa Excelência, que quando eu solicitei a colocação aqui da leitura que faríamos, que Vossa Excelência não permitiu, Vossa Excelência está certo. Porque eu fui um dos que cobreí quando chegou aquele vídeo, que não tem nada a ver com a CPI, com o período de 2017 a 2024, que foi colocado aqui. Eu fui um deles que, sim, não é correto, mas mesmo assim foi colocado, foi posto, foi debatido, foi discutido, mas quero dizer a Vossa Excelência que eu não quero cometer o mesmo erro e já peço desculpa a Vossa Excelência.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Eu só queria fazer um registro aqui, Fábio. Eu até queria ouvir dos senhores. Eu tento buscar em toda reunião que nós temos aqui, seja as reuniões que nós iniciamos a fazer, que a gente possa ter uma participação direta em todas as decisões dos colegas vereadores. A gente busca ser o mais democrático possível e eu busquei aqui, eu não sei se é o entendimento de todos, vereador Fábio, exaurir qualquer dúvida sobre os requerimentos ou as questões que aqui foram apresentadas. De fato, em algum momento a gente pode apresentar alguma situação que realmente desagrade, um posicionamento, uma fala. Mas, com certeza, o que a gente tem feito aqui é com a vontade de acertar, vereador Fábio. É a vontade de deixar com que cada um se sinta muito à vontade em produzir o seu trabalho legislativo, que a sua apuração seja feita de uma maneira que, como todo mundo quer que seja feita, em busca da verdade, dos fatos. Entendeu? Então, assim, eu, peço desculpas ao senhor se em algum momento, de alguma maneira, eu conduzi de uma maneira que desagradou a Vossa Excelência, mas a ideia aqui é que todos saiam contemplados com esse instrumento. Pode falar, vereador.

**FÁBIO MEIRELES - PDT - MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Olhe, Byron, eu já disse, vou repetir, que me sentiria muito confortável com qualquer outro colega parlamentar estando aí. Só que Vossa Excelência, além da qualidade de amigo externo e interno da Câmara, Vossa Excelência tem uma capacidade de gerenciar a CPI, Vossa Excelência tem uma capacidade de gerenciar o seu próprio mandato, as dificuldades da população, até, como pessoas gostam de falar, quiçá, a própria presidência da Câmara Municipal de Aracaju em algum momento determinado. Quero dizer, Sargento Byron, que até o momento, Vossa Excelência tem honrado seu mandato, fora daqui, aqui e enquanto presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu estou muito confortável, e Vossa Excelência tem me permitido discutir coisas importantes e aquilo que Vossa Excelência considera como não importante. E o que é posto aqui é para discussão mesmo. Já pensou se acatássemos tudo? Não tem condições. Acabei de fazer uma pergunta, Aldir veio... É, o amigo. O amigo veio aqui, respondeu, acabou. Não tem problema nenhum. Olha, Vossa Excelência tem conduzido, e conduzido com muita precisão, com muita maestria, com muita justeza. Que Deus o abençoe. E olhe que não estamos entrando aqui em detalhes de dificuldades internas que cada um daqui tem, das limitações que são impostas, que são fora do mandato, extra-mandato. Então, meu amigo, por favor, eu quero dizer que me sinto muito honrado com Vossa Excelência na presidência da comissão.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

É, vamos colocar o requerimento em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Eu queria aqui só fazer uma solicitação ao Procurador Aldir, se nós já temos alguma resposta do Tribunal de Contas sobre a documentação que nós solicitamos. Ainda não, não é? Então, eu solicito ao Aldir que possa encaminhar uma diligência da Procuradoria da CPI até o Tribunal de Contas, para que a gente possa ter acesso aos documentos, porque a Presidente Suzana se mostrou muito atenta ao que nós solicitamos. Mas eu acredito que devido à grande demanda, a gente tenha que ir lá pessoalmente para ter acesso a essa documentação que ela se disponibilizou. Eu sei que tem uma documentação específica que está com a conselheira Angélica Guimarães, e também se tiver acesso à assessoria dela para que a gente possa reiterar o pedido de reencaminhamento desses documentos. E também, eu peço que entre em contato, Aldir, novamente. Eu entrei com a presidência do DETRAN, com a presidente, para que nós possamos ir lá, mas ela ficou de me dar a agenda de que nesta

sexta-feira tem o “Sergipe é Aqui”, que é o programa do governo do estado de Sergipe, e ela estaria presente. Então, eu peço que entre em contato com a assessoria da presidência do DETRAN, para que ela possa nos informar a agenda, ainda hoje, se possível. Certo? Alguém pela ordem, para que a gente possa... Professora Sonia Meire.

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL - MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Eu gostaria de fazer uma proposta de identificação dos pagamentos feitos a partir, inclusive, da política que a gestão anterior estabeleceu ano a ano. Então, nós temos as despesas em apoio às políticas públicas municipais, uma é manutenção e coordenação geral SMTT, e a outra é manutenção e coordenação geral trânsito. A gente observa pelos relatórios que esse aqui é onde tem o maior volume de recursos e depois vai para a mobilidade urbana. No meio disso tem trânsito, com a educação de trânsito. O ano que eu estou aqui em mão, que é 2018, está zerado. Então, eu gostaria de sugerir que os técnicos avaliassem uma forma de apresentar para nós dentro das políticas públicas municipais, o que é que pode ser gasto na manutenção e coordenação geral do trânsito, o que é que está incluído que foi feito com o recurso das multas, dentro das operações especiais também, da mobilidade urbana, porque ela vai entrecruzando as diferentes políticas. Então, dentro de cada uma, o que é que está projetado e, dentro disso, o que é que diz respeito à lei federal e à resolução? Eu acho que um quadro desse nos ajuda muito depois para fazer a identificação pormenorizada, se a aplicação do recurso foi feita corretamente, ou não, para a gente não ficar em uma variante, em 2024 a gente pega alguns dados, em 2018 pega outros, em 2019, mas para a gente ter esse quadro geral, uma questão de método mesmo, para daí a gente ver se o que foi pago bate com aquilo que está sendo previsto na lei. Pode ser? Obrigada.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Certo, professora. Aldir, a nossa próxima reunião para apresentar é próxima quinta-feira, diante da impossibilidade de sexta-feira, das agendas. Correto? Isso, esse requerimento da senhora a gente vai... Isso, a gente vai pôr, vai, vai pôr em...

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL - MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Ah, essa sugestão eu preciso fazer por meio de requerimento também, não é? Para os técnicos... O que o senhor quer? o senhor tem? Ah, sim, pode ser, lógico, lógico.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON - MDB**

Porque eles estão apreciando as contas de 2017. Entendeu?

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL - MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Porque é um trabalho, não é?

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON - MDB**

Vereador Fábio. Vereador Fábio.

**FÁBIO MEIRELES – PDT - MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Presidente, sobre essa questão da data, se é sexta... Eu posso estar enganado, mas discutimos bastante sobre essa questão. Pelo que eu entendi, não chegamos a um denominador, porque na quinta-feira parece-me que teve, na semana passada, uma reunião da CPI do Natal Iluminado. Saber se foi eventual ou também teve uma questão das comissões, se não me engano, não é isso? Comissões temáticas.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON - MDB**

Vereador Lúcio, o senhor tem alguma objeção para a reunião em que os técnicos vão apresentar as contas internamente para a gente, na verdade, os apontamentos das contas de 2017 na próxima sexta-feira? Alguém tem alguma impossibilidade, já que na quinta-feira os técnicos concorrem também com a outra CPI, alguns fazem parte das duas CPIs e, na sexta-feira, eles teriam a possibilidade de todos estarem aqui? Tem alguma consideração Vereador Lúcio?

**LÚCIO FLÁVIO – PL – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Não, não, senhor presidente.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON - MDB**

Vereadora Sonia Meire. Vereador Fábio.

**FÁBIO MEIRELES – PDT - MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Tranquilo, senhor presidente.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON - MDB**

Pastor Diego.

**PASTOR DIEGO - UNIÃO BRASIL – RELATOR DA CPI DA SMTT**

Presidente, concordo com Vossa Excelência. A minha sugestão foi apenas o seguinte. A outra CPI tem feito seus trabalhos durante os dias de sessão, terça, quarta e quinta. Nós estamos acrescentando a segunda e a sexta. E aqui todo mundo tem demanda extra, tem reunião. Por exemplo, eu cheguei atrasado porque estava em reunião logo cedinho com a minha equipe de gabinete, alinhamento dos trabalhos. Então, a minha sugestão era, se fosse possível, essa de segunda-feira não. Eu entendo que essa aqui a gente precisa, mas pelo menos a outra técnica, se a gente conseguisse alinhar, na quinta-feira, logo depois da sessão, em um outro dia que a gente já emende a sessão, porque a gente usa a sexta para os nossos expedientes externos. Eu tenho muita demanda externa, eu sei que vocês têm, então, só para não ficar atrasado. Essa sexta-feira faz como Vossa Excelência já colocou em votação, mas a partir das próximas a gente tentar fazer logo depois da sessão da quinta.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Vereador Fábio.

**FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Veja bem. Alguns vereadores já se colocaram aqui à disposição, mas vendo a dificuldade do Pastor Diego, na sexta-feira, nós podemos ver essa possibilidade de ser numa quinta-feira, vendo um quantitativo menor da parte técnica, a gente sabe da dificuldade por conta das duas CPIs, mas como a gente vai se reunir aqui, a gente pode ver, aí o senhor vê com o presidente.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Eu não tenho nenhum problema. Se a gente entrar em consenso, na quinta-feira, após a sessão, a gente se reúne. Então, ficamos certos nessa quinta-feira agora, após a sessão, a gente ter a reunião com os técnicos da Casa. Mais alguma ponderação, alguma consideração, Pastor Diego? Pronto. Então, declaro encerrada a presente reunião da CPI da SMTT.

**[REUNIÃO ENCERRADA]**

*Texto revisado por Weslin de Jesus Santos Castro.*